

**FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADOLESCÊNCIA E  
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

**ADOLESCENTES APRENDIZES:  
O que vocês pensam sobre o que vocês fazem? Um  
estudo exploratório sobre o significado do trabalho**

Alciene Alves Ferreira

Goiânia  
Janeiro 2008

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADOLESCÊNCIA E  
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

**ADOLESCENTES APRENDIZES:**

**O que vocês pensam sobre o que vocês fazem? Um estudo exploratório sobre o significado do trabalho**

Alciene Alves Ferreira  
Orientadora – Ana Maria da Trindade

Monografia apresentada ao curso de Pós-graduação *latu sensu* Adolescência e Juventude no Mundo contemporâneo como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Goiânia  
Janeiro 2008

F383a Ferreira, Alciene Alves

Adolescentes aprendizes: o que vocês pensam sobre o que vocês fazem? Um estudo exploratório sobre o significado do trabalho. – Goiânia, 2008.

55 f.

Monografia (especialização) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e teologia/ Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude/ Casa da Juventude Pe. Burnier.

Orientadora : Profa. Esp. Ana Maria da Trindade

1. psicologia social. 2 adolescentes aprendizes. I. Título

CDU 159.9

Á Maria Luiza, minha pequerrucha querida! Soube compreender as ausências quando o estudo demandava presença. Aprendeu falar Caju! nessa caminhada...

Ao mestre, amigo, companheiro de todas as horas, Luiz do Nascimento Carvalho.

Á minha família de origem “que me privei de sua presença” por esse período.

Aos adolescentes da CAT que fizeram a idéia da pesquisa brotar nas minhas vísceras.

## AGRADECIMENTOS

Parafraseando Goethe, que diz: *se vi longe é porque estava apoiada em ombros de gigantes*, é que quero tecer meus agradecimentos.

Minha terna gratidão a todos/as que contribuíram de forma direta ou indireta na realização dessa formação. Quero destacar em especial aqueles/as cuja contribuição fizeram com que o “parto” ocorresse de forma natural.

Ana Maria da Trindade, minha orientadora. Pessoa muito querida, com trajetória imensa de lutas em prol da vida, que admiro e respeito demais e que faz parte das minhas relações afetivas: é minha “dindinha”. Muito obrigada linda!

Luiz do Nascimento Carvalho: co-orientador dessa monografia. Pessoa metódica, exigente e radical, fez com que minhas noites e madrugadas fossem mais doces e tranqüilas; nos momentos de aflição verbalizava em tom suave “seu trabalho está ficando bom, vai dar tudo certo”.

Minha mãe, Maria Neri, primeira mestra, companheira e amiga, que não mediu esforços no zelo com Maria Luiza para garantir minha presença nas aulas da pós. A Sociedade Cidadão 2000, na pessoa de Junio Rodrigues Pinheiro, atual coordenador da CAT, que garantiu minhas saídas por 18 dias no mês de janeiro e 05 dias em dezembro de 2007, para que se tornasse viável as aulas presenciais e avançasse na escrita da monografia.

As colegas de trabalho: Lívia, Cláudia, Nalva, Ana Cristina, Julia, Marilda e Rose, que fizeram escuta e disponibilizaram informações importantes no decorrer do processo, para a discussão interna em questão.

À Omari Ludovico Martins e Jonas Martins Borges: meus compadres que além do apoio logístico intenso, contribuíram afetivamente para que eu “desse conta do recado”.

A Divina (Bá) e à Jôse: pessoas com as quais contei nos cuidados com a Maria Luiza durante esse percurso. A elas minha terna gratidão.

À Casa da Juventude Pe Burnier, pela bolsa parcial, que viabilizou a concretização desse sonho.

Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo  
um museu de grandes novidades. O tempo  
não pára

Cazuza

## RESUMO

A presente monografia tem como tema central de discussão, o significado do trabalho para adolescentes, inseridos em uma instituição que tem como um de seus objetivos, intermediar a inserção destes, como aprendizes no mundo do trabalho. O significado, estritamente relacionado com a palavra, como um de seus componentes, é concebido como o meio de inter-relação do indivíduo com a sociedade. O trabalho por sua vez, é definido como uma mediação central para se pensar a questão juvenil. No caso, adolescentes inseridos em postos de trabalho, fica a questão de explorar qual o significado deste trabalho que eles realizam, segundo suas definições e a partir de suas vivências nesse contexto. Para responder a questão colocada foi realizado uma pesquisa com 179 adolescentes do programa, representando 37,6% do total de aprendizes acompanhados pela instituição. As questões versavam sobre vários temas, como a localização sócio-espacial da residência, do trabalho e da escola, informações sócio-demográficas e, mais especificamente ligado ao tema, sobre as atividades que desenvolvem nas empresas e o grau de satisfação ou insatisfação com as atividades que desenvolvem. Com base nessas informações, organizadas por meio do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS 12.0), buscou-se apresentar informações quantitativas e qualitativas que estivessem relacionadas com o significado do trabalho, além do perfil do agrupamento estudado. Os resultados evidenciam significados do trabalho, relacionados com *aprendizado*, *auto-realização* pelas tarefas que desenvolvem, que convergem com uma possível vivência de prazer no trabalho. Por outro lado, em menor escala, apresentam-se significados relacionados a trabalho sem sentido e penoso que evidenciam uma dimensão da vivência do trabalho expresso pela dualidade prazer/sofrimento.

Palavras-chave – significado do trabalho, adolescentes aprendizes, inserção no mundo do trabalho.

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1:	Distribuição dos/as entrevistados/as por idade.....	16
Quadro 2:	Distribuição dos/as entrevistados/as por sexo.....	17
Quadro 3:	Distribuição dos/as entrevistados/as por nível de escolaridade.....	18
Quadro 4:	Distribuição dos entrevistados pelo tipo de escola.....	18
Quadro 5:	Distribuição da localização sócio-espacial dos/as respondentes por regiões da cidade de Goiânia.....	20
Quadro 6:	localização das escolas onde estudam os entrevistados.....	21
Quadro 7:	Distribuição dos entrevistados pela região da cidade em que trabalham.....	23
Quadro 8:	Distribuição dos locais de trabalho pelo ramo de atuação das organizações nas quais trabalham os entrevistados.....	25
Quadro 9:	Relação de atividades realizadas por aprendizes nas empresas.....	29
Quadro 10:	Relação das respostas quanto à satisfação ou insatisfação com o trabalho que realiza nas empresas.....	32
Quadro 11:	Apresentação dos motivos de satisfação ou insatisfação com o trabalho realizado.....	32
Quadro 12:	Distribuição das repostas por satisfação/insatisfação e o tipo de justificção.....	33
Quadro 13:	relação entre motivo da satisfação/insatisfação e tipo de atividade realizada na empresa.....	37



## SUMÁRIO

RESUMO.....	07
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – ADOLESCENTES APRENDIZES: MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS.....	13
Adolescência e trabalho: alguns apontamentos históricos.....	13
Marcos Legais atuais que tratam do trabalho na condição juvenil.....	14
A Coordenação do Adolescente Trabalhador (CAT) da Sociedade Cidadão 2000.....	16
CAPÍTULO II – ADOLESCENTES APRENDIZES: PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO E SIGNIFICADO DO TRABALHO.....	18
COONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES.....	49
Apêndice 1.....	50
Apêndice 2.....	52

## INTRODUÇÃO

A presente monografia investiga o significado do trabalho por adolescentes inseridos em uma instituição voltada para sua inserção no mundo do trabalho como aprendizes. Busca apreender o modo como os próprios adolescentes vêem e definem o trabalho que exercem em empresas conveniadas com a instituição promotora desta inserção.

A escolha desse tema se deu pelo fato de a pesquisadora estar ligada profissionalmente ao um projeto dessa natureza, na Sociedade Cidadão 2000 Pelos Direitos da Criança e do Adolescente através da Coordenação do Adolescente Trabalhador (CAT), o que suscita uma série de questões teórico-empíricas acerca do modo como concebem o tipo de atividade laboral que exercem, bem como quanto aos desafios implicados no modo de inserção dos adolescentes no mundo contemporâneo do trabalho.

Desenvolver um trabalho com esse tema é somar-se aos esforços desenvolvidos por instituições bilaterais – como a Unesco e Unicef – Estados nacionais, entidades públicas e privadas engajadas na busca de responderem aos desafios relativos à inserção dos adolescentes no mundo do trabalho, podendo os seus resultados contribuir para subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas para esse segmento da população, que são os adolescentes oriundos das camadas populares. Os desafios que emergem no contexto brasileiro relacionam-se à implementação de políticas públicas para a juventude. Restando-se perguntar se elas existem propriamente ou fazem parte de um vir-a-ser. Pesquisar essa temática é dar um passo em direção a esta ceara.

Ao aproximar a categoria *trabalho*, da categoria *adolescência*, do ponto de vista da literatura especializada, implica-se também ingressar no debate teórico-político sobre as mudanças que tem ocorrido no mundo contemporâneo do trabalho e suas implicações gerais para a classe que vive somente do próprio trabalho (Antunes, 1995; 2000), e particularmente para os adolescentes filhos e rebentos que vem de famílias pertencentes a esta mesma classe (Gorz, 2003; Frigotto, 2006; Kuenzer, 2001; Charlot, 2001). Trata-se também de problematizar o tema das *políticas públicas de juventude* cuja vinculação é presumível com a problemática anteriormente exposta, das mudanças no mundo do trabalho e os

efeitos de sua nova configuração: desemprego estrutural, subemprego, trabalho precário, já que os adolescentes são os herdeiros deste *velho-novo mundo* do trabalho (Abramo; Branco, 2005; Corrochano; Gouvêa, 2003; Madeira, 2004; Pochmann, 2002; Sposito, 2000; 2002; 2003a; 2003b; Zaluar, 1997).

A pesquisa analisa o modo de inserção no mundo do trabalho, intermediado por uma organização híbrida, um tipo de organização não-governamental (ONG) governamental, de caráter jurídico privado e, político e financeiro, público municipal. Ao buscar a compreensão dos próprios adolescentes que participam deste processo, pretende-se contribuir com um estudo de caso, aproximando os temas subjetividade e trabalho entre adolescentes no contemporâneo, na capital de um estado periférico – Goiânia – do Centro-Oeste brasileiro. Do ponto de vista da reflexão sobre o tema das políticas públicas de juventude espera-se que o presente trabalho possa contribuir com a reflexão e ação sobre o tema.

Com este objetivo se realizou os seguintes passos: Pesquisa documental em pastas dos aprendizes que é preenchida no ato da inscrição e monitorada durante todo o tempo em que o adolescente se mantém no projeto. Questionário estruturado que foi aplicado concomitantemente a uma avaliação que se realiza semestralmente aos aprendizes.

Na busca de organizar a presente monografia, esta foi estruturada em dois capítulos.

O primeiro – *Adolescentes aprendizes: marcos conceituais e legais* – faz uma revisão da literatura sobre o tema do trabalho e sua relação com a adolescência, buscando identificar as principais tendências no modo de interpretar e conceber ambos os conceitos, bem como o modo como estes se materializam em propostas de intervenção institucional, junto a essa parcela da população.

O segundo capítulo – *Adolescentes aprendizes: perfil sócio-demográfico e significado do trabalho* – se discutem as informações levantadas entre os adolescentes aprendizes, tais como o perfil dos mesmos, sua localização e trânsito pela cidade, no processo de ir e vir para escola, o trabalho e o retorno à residência. Também discute o perfil das empresas que os acolhem, o tipo de trabalho que realizam e, sobretudo (o núcleo deste trabalho) os significados atribuídos pelos adolescentes ao trabalho que realizam, Este capítulo busca responder as questões apresentadas pela proposta de estudo.

Finalmente, nas considerações finais, se discute sinteticamente os resultados gerais, elaborando-se algumas indicações de possíveis caminhos de pesquisa que podem aprofundar o presente estudo, complementando questões aqui apenas superficialmente apresentadas.

## **ADOLESCENTES APRENDIZES: MARCOS CONCEITUAL E LEGAL**

Neste capítulo serão discutidos alguns apontamentos relativos à dimensão conceitual e legal, do tema do adolescente trabalhador, na história e na legislação que regula o tema. Apresenta também uma breve contextualização quanto à organização que promove o programa de inserção dos adolescentes no mundo do trabalho.

### **Adolescência e trabalho: alguns apontamentos históricos**

A contribuição de Ariès (1981) foi fundamental para a compreensão de que as *passagens da vida* – o que no presente denominam-se fases do desenvolvimento humano – são concebidas de modos específicos, segundo o período histórico e a cultura na qual estão inseridos indivíduos e grupos. O corpo humano e suas modificações orgânicas recebem um significado vinculado ao conjunto da cultura da qual uma sociedade é ao mesmo tempo herdeira e transmissora. Cultura entendida como um conjunto de crenças, valores e ritos que se mantêm de forma mais ou menos estável em um grupo social humano (Laraia, 2004).

A juventude, do ponto de vista anteriormente exposto é atualmente definida como um subproduto de processos históricos e sociais: é datada e situada geográfica e culturalmente. Para Sposito (2000) juventude é parte do processo de periodização da vida, faixa etária e categoria que permite compreender a sociabilidade nos diferentes contextos e sociedades. Logo, defini-la – juventude – pressupõe identificar o lugar social no qual, concretamente, estão situados os adolescentes aos quais os identificamos em uma investigação e, particularmente, o nível de autonomia e independência, desenvolvida pelos mesmos em relação aos adultos de referência que poderão variar segundo a classe social ou segmento em que estão inseridos. Entrar precocemente no mercado de trabalho implica ingressar na vida adulta de construção precoce de autonomia e independência em relação aos adultos de referência, como ocorre, geralmente, entre adolescentes das camadas populares. O trabalho possui uma posição central quando se trata de discutir o tema do *adolescente aprendiz*.

Segundo Ariès (1981) na antiguidade, as crianças eram enviadas para conviver com outras famílias, sendo esse convívio a forma de aprendizado que as iniciava na vida. Essa prática sobreviveu até o século XVII. E continua dizendo

que o aprendiz é visto como ser precário, à medida que não possui respostas ou atitudes já formadas para reagir diante de determinadas situações, é um ser lançado em meio a experimentações. No Brasil Colônia os primeiros aprendizes de um ofício foram os índios e os escravos. No império eram vistos como desvalidos e enjeitados em função de origem, cor e nascimento e não por serem necessariamente crianças ou adolescentes. Em 1970 surgiram no país programas alternativos para meninos e meninas de rua os quais a política oficial isolava do convívio social. O trabalho era concebido, nesse período – e muito presente ainda no contemporâneo em projetos sociais voltados para adolescentes – como uma *terapêutica* capaz de prevenir **sua** inserção na delinqüência e na marginalidade. O conceito utilizado nesse período era o menor aprendiz. O *menor* visto como categoria jurídica que definia crianças e adolescentes em situação irregular, passíveis de receberem a intervenção *corretiva* do juiz de menores (Lima; Gómez, 2006; Rizzini, 1997; Costa, 1999).

### **Marcos Legais atuais que tratam do trabalho na condição juvenil**

Para a Organização Internacional do trabalho (OIT) é considerada criança trabalhadora o indivíduo com menos de 15 anos que por ventura esteja fazendo parte da população economicamente ativa. Segundo a Constituição Brasileira de 1988 para ingressar no mercado de trabalho, é necessário a idade mínima de quatorze anos, permitindo-se o ingresso de indivíduos com idade entre doze e quatorze anos na condição de *aprendiz* (Oliveira; Robazzi, 2001). Aprovada a emenda constitucional de número vinte, a idade mínima passou a ser dezesseis anos e na condição de aprendiz, entre 14 e dezesseis anos de idade. Em 1999 aprovou-se o decreto legislativo número 179, aprovando o texto da convenção 138 e recomendação 146 da OIT sobre a idade mínima para admissão no emprego, adotada em junho de 1993, em Genebra, buscando diminuir incidência de trabalhadores adolescentes (Oliveira; Robazzi, 2001). A legislação brasileira refere-se ao *menor aprendiz*, de certa forma mantendo a tradição jurídica local de manter a tradição, neste caso trabalhando com a categoria *menor* como uma condição jurídica e penal. Menor não apenas como alguém pequeno em tamanho, ou em idade, mas enquanto indivíduo juridicamente classificado como estando em situação irregular. Ser *de menor* como afirmam alguns adolescentes,

quando, internalizando este pressuposto, verbalizam *eu sou de menor*, é afirmar esse lugar jurídico-social do menor enquanto passível de intervenção regulatória e repressiva.

Já no Decreto 5.598, de primeiro de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 02 de dezembro de 2005, define-se que aprendiz é o maior de 14 anos e menor de 24, para efeito de contrato de aprendizagem previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O que, no interior deste trabalho, define-se como adolescente aprendiz, entendendo a adolescência e seus marcos característicos – a puberdade e seus efeitos – como inaugurando a fase da juventude<sup>1</sup>. Logo se considera o adolescente aprendiz, seguindo o marco presente no Decreto 5.598, como pessoa em idade entre 14 a 24 anos de idade. Recusa-se a utilização da palavra *menor* em função de ser um conceito herdeiro da chamada doutrina da situação irregular, que definia o indivíduo adolescente pobre como objeto de intervenção do juízo de menores (Rizzini, 1997).

A Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000, no artigo 402 define contrato de aprendizagem como:

contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico – profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (Brasil, 2000).

---

<sup>1</sup> Não se atará neste trabalho em discutir a questão da relação entre adolescência e juventude, uma questão que embora seja resolvida por alguns pesquisadores, estabelecendo suas diferenças pelo critério da disciplina que se especializou em discutir cada um dos temas (a psicologia estuda a adolescência, a sociologia: juventude) ou pela abordagem (adolescência está vinculado a uma concepção naturalista e essencialista do ser humano, juventude é social, histórico e cultural). Vale destacar que esses dois conceitos são definidos e tratados arbitrariamente segundo os grupos ou instituições que estão interessados, por algum motivo, na temática juvenil. Adolescência, por exemplo, é definido juridicamente no Brasil, por um viés cronológico, como pessoa com idade entre 12 e 17 anos e 11 meses. Jovem, foi definido para efeito de se pensar em políticas públicas de juventude, como indivíduo com idade entre 15 e 24 anos. Ou seja, em termos etários a adolescência imbricou com a juventude, podendo-se daí inferir que dos 15 aos 17 anos e 11 meses, o adolescente acumula sua condição de jovem e adolescente ao mesmo tempo. Não obstante esta imprecisão na definição de ambos os conceitos, dever-se destacar que a discussão sobre políticas públicas para juventude não passa pelo critério estrito da discussão teórica, mas quer simplesmente responder a uma necessidade burocrática de objetivar o público a ser atendido pelas mesmas, pressionados pelos movimentos reivindicativos que tem nessa categoria imaginária – juventude – um aporte para suas lutas.

Segundo Oliveira e Robazzi (2001) em todo o Brasil, os trabalhadores de 12 e 15 anos do sexo masculino passou de 1,354 milhões, representando 42% de pessoas nessa faixa etária, em 1995 para 814 mil em 2003. Entre as meninas, informam os autores, foi de 709 mil (23%) em 1995, para 385 mil (13%) em 2003. É nesse universo, regulamentado pela legislação que trata do adolescente aprendiz, que se insere o trabalho da Coordenação do Adolescente Trabalhador (CAT).

### **A Coordenação do Adolescente Trabalhador (CAT) da Sociedade Cidadão 2000**

A Coordenação do Adolescente Trabalhador – CAT é uma coordenação da Sociedade Cidadão 2000, direcionada ao atendimento de adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos, prioritariamente procedentes da Coordenação de Educação Comunitária (CEC), da Coordenação de Proteção Integral (CPI) e de entidades que atendem adolescentes, inserindo-os no mercado formal de trabalho, conforme critérios estabelecidos. Além desse atendimento, a CAT busca abertura de vagas nas empresas através da captação de convênios, bem como pela realização de acompanhamento sócio educativo do adolescente aprendiz, após sua inserção no trabalho, junto à escola, família e no local de trabalho. As atividades desta coordenação são norteadas pelos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela lei 10.097/2000, a Lei 5.598/2005 e pela Constituição Federal de 1988. O candidato à inscrição, deve ter entre 14 e 17 anos, estar matriculado no ensino regular com frequência satisfatória e estar com todos os documentos pessoais. Têm prioridade àqueles em situação de risco social e pessoal e ser de classe trabalhadora com baixa renda. Atendeu, até o mês de maio de 2006, cerca de 491 adolescentes no mercado formal. Há uma demanda reprimida de 1014 adolescentes que fizeram inscrição, somando mais aproximadamente 3000 pessoas com encaminhamento aguardando o surgimento de vagas nas conveniadas. Devido a grande demanda, as inscrições foram encerradas por tempo indeterminado. (Sociedade Cidadão 2000, 2001, 2002).

Esse quadro revela que a demanda de trabalho, por parte dos adolescentes, em função da crise no mundo do trabalho, expressa na particularidade de Goiânia, um desafio para as instituições que buscam



desenvolver políticas de inserção de adolescentes no mundo do trabalho, o que faz com que as ações desenvolvidas pela CAT estejam aquém da necessidade dos adolescentes do ponto de vista do quantitativo de vagas. Avaliar os avanços e desafios de sua missão em relação aos adolescentes aprendizes é também um dos objetivos deste trabalho.

## CAPÍTULO II

### **ADOLESCENTES APRENDIZES: PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO E SIGNIFICADO DO TRABALHO**

O resultado do levantamento geral realizado entre os adolescentes, no total de 179, representou, à época do levantamento, 37,6% do universo populacional de adolescentes aprendizes na instituição, no total de 476. Nesse sentido, representa uma amostra significativa deste universo, caso se raciocine em termos de linguagem estatística<sup>2</sup>. Esta que revela a visão de conjunto da população. Dentre os aspectos levantados, se pode destacar, primeiramente, as informações referentes à idade dos adolescentes. Esta distribuição está expressa no Quadro 1

Quadro 1 – Distribuição dos/as respondentes por idade

		<b>Idade</b>		
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	14	15	8,4	8,4
	15	55	30,7	39,1
	16	81	45,3	84,4
	17	28	15,6	100,0
	Total	179	100,0	

A leitura deste quadro permite constatar que a maior parte dos que participaram do estudo, está localizada na idade de 16 (45,6%) e 15 (30,7%) anos. Tal constatação deixa uma interrogação acerca dos porquês relacionados com pouca representatividade no levantamento, de adolescentes com idade de 14 anos. Seria porque são considerados muito novos para assumirem uma função em uma empresa? Neste caso, quem os consideraria como sujeitos

<sup>2</sup> É preciso observar que tem se propagado entre o que se poderia definir como críticos ingênuos do positivismo, uma crítica bastante simplificada, que concebe qualquer estudo que se utilize de procedimentos estatísticos tal. Lembrando que chamar algum trabalho de positivista corresponde a uma espécie de insulto. Embora, concorde que é preciso realizar a crítica da reificação da matemática na ciência, ou seja, da consideração de que os procedimentos matemáticos produzem uma verdade por si mesma, independente do sujeito do conhecimento – o que induz uma postura empiricista rasa e coloca o sujeito do conhecimento na posição de um agente que apenas cataloga os fatos e os expõe de forma imparcial. Não obstante, a condenação do uso da estatística como um momento no processo de apreensão de uma realidade complexa e multiforme, ou como recurso no processo de aproximação sucessiva do objeto do conhecimento, constitui um equívoco bastante nocivo. Deve reafirmar, portanto, que o uso da estatística não necessariamente define um trabalho como positivista. É um recurso que ilumina determinados aspectos de uma realidade que não se deixa mostrar à luz do dia, deixando-se obscura em certos pontos. Nesse sentido, o momento da pesquisa constitui o esforço de, com os recursos metodológicos disponíveis, ir aos poucos buscando decifrar as múltiplas determinações do objeto de investigação, no caso em pauta, tendo por base a história e a sociedade.

imaturos. Seria pelo fato de que nessa faixa etária os adolescentes trabalhadores buscariam menos sua inserção no mundo do trabalho, por meio da instituição que realiza tal intermediação?

Embora tais questões, no contexto restrito da informação que possibilita o levantamento estatístico, estejam além das possibilidades de respostas conclusivas, eles suscitam questões que podem contribuir para a compreensão do universo social nos quais estão inseridos. Neste caso, as informações qualitativas podem complementar o material estatístico. Uma entrevista, por exemplo, com os empregadores poderia dar pista acerca de um possível perfil de trabalhadores adolescentes aos quais idealizam para sua empresa, e no qual a idade poderia estar incluída como um fator que representaria simbolicamente atributos tais como responsabilidade, adulez, maturidade, ou algo que se considera indispensável no exercício de uma atividade laboral. Acrescido a essa possível entrevista, se poderia realizar um levantamento das idades presentes na chamada *demanda reprimida*, ou seja, lista de proponentes ao ingresso na política da instituição de inserção no trabalho, que aguardam uma oportunidade de ingresso. Contribuiria para responder às questões postas, saber se haveria a mesma discrepância e concentração de idade, do presente estudo, em relação à variação e concentração de idades presentes na demanda reprimida. Em última instância, responder a essas questões poderia desembocar finalmente, no tema instigante da significação histórico-cultural das classes de idade no contexto da sociedade, grupos e classes sociais, em que estão inseridos estes adolescentes, como um componente capaz de fornecer os modelos que permitem conceber e supor as idades *maduras, capazes, responsáveis* no interior de uma sociedade e de uma cultura específica. Outra informação relevante para o trabalho destaca a dualidade masculino-feminino. Esta pode ser visualizada no quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos/as entrevistados/as por sexo.

**Sexo**

		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	96	53,6	53,6
	Feminino	83	46,4	100,0
	Total	179	100,0	

Na leitura do quadro 2 é possível identificar certo equilíbrio na composição dos respondentes pelo sexo ou gênero<sup>3</sup>. Do sexo feminino estão representados por 53,6% dos casos individuais e masculino, 46,4%.

Esse conjunto de informações, embora sejam um tanto genéricas, permitem mapear e direcionar o processo de investigação, em direção ao mundo dos significados, ou seja, ao mundo simbólico e subjetivo, de forma a não incorrer no chamando psicologismo na análise, dado a possibilidade de equacionar a dimensão subjetiva dos significados elaborados pelos sujeitos sobre o trabalho em geral e, mais especificamente, o trabalho que realiza no contexto do programa de inserção do adolescente no mundo do trabalho.

Além das informações sobre sexo/gênero, foram também levantadas informações sobre escolaridade, que estão dispostos no quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição dos/as entrevistados/as por nível de escolaridade.

**Grau de escolaridade**

		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	Fundamental	45	25,1	25,1
	Médio	130	72,6	97,8
	Superior	2	1,1	98,9
	Resposta pejudicada	2	1,1	100,0
	Total	179	100,0	

A concentração neste caso se dá no nível de escolarização médio (72,6%), seguido do fundamental (25,1%) e com dois casos de escolaridade de terceiro

<sup>3</sup> A literatura feminista que introduz, problematiza e estabelece os arranjos contemporâneos relativos ao conceito de gênero como uma categoria estritamente histórico-social ou sócio-histórica, fornece as bases para tencionar o conceito na direção de uma definição do feminino em termos não-naturalista, ou seja, não atemporal e não a - histórico. Esse mesmo esquema de raciocínio se desenvolve em relação aos conceitos de infância (Áries, 1960; Charlot, 1973), adolescência (Lutte, 1991 e outros) e juventude (Burdieu, 1983). Sobre a relação entre o feminismo acadêmico e o movimento em defesa da infância ver Alanen (2001).

grau – universitário – o que permite identificar a proeminência da concentração na escolaridade média. Vale ressaltar que a permanência e a frequência às aulas na escola, constituem critérios de ingresso e permanência no programa do *adolescente trabalhador*. Vale ressaltar também que a própria organização tem um programa, orientado pela legislação, que busca viabilizar a dimensão educativa vinculada à preparação como aprendiz de habilidades relacionadas com as demandas do mundo do trabalho.

Em relação à origem das instituições o quadro 4 apresenta sua distribuição.

Quadro 4 – Distribuição dos/as entrevistados/as pelo tipo de escola.

		<b>Tipo da escola</b>		
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	Pública	150	83,8	83,8
	Particular	14	7,8	91,6
	Conveniada	9	5,0	96,6
	Resposta prejudicada	6	3,4	100,0
	Total	179	100,0	

Este quadro deixa bastante explícito a concentração acentuada dos entrevistados em instituições públicas de educação (83,8%). Entendendo como públicas<sup>4</sup> as que são geridas pelo aparato estatal (estados e municípios, sobretudo). Em seguida estão representadas as oriundas de escolas privadas (7,8%) e conveniadas (3,4%). Tais informações suscitam questões ligadas à dimensão da formação escolar, a qualidade da educação e sua relação direta com a questão da profissionalização da juventude e sua inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido é oportuno resgatar a pesquisa realizada em Goiânia promovida pela prefeitura municipal nos meses de junho a novembro de 2001 (Guimarães, 2002) na qual se destaca importância atribuída à escola e à escolarização, expressa nas respostas dos jovens de 15 a 24 anos, nas quais se explicita seu papel na formação profissional.

87,9% dos jovens pesquisados expressam ser importante ou muito importante o aprendizado escolar para seu futuro

<sup>4</sup> Aqui não entraremos na questão da definição de público como estatal e não-estatal, algo bastante convergente com a ideologia do estado mínimo, ou Estado- penitência como define Lôic Wacquant (2000).

profissional. Esta informação é relevante, especialmente se considerada a preocupação com o desemprego – 61% dos jovens entrevistados alegam viver um estado de instabilidade, em razão do risco de desemprego. (Guimarães, 2002, p. 295)

Dada essa centralidade da escola, com certa dose salvacionista, como via de acesso a trabalho e emprego, a escolarização formal se destaca como uma dimensão central do trabalho. A progressão escolar visa – em suas concepções – quando nada, minorar os dissabores que acompanham a exclusão social do trabalho, de uma parcela significativa da população em geral, e mais especificamente de adolescentes e jovens. Uma das razões para tal é a centralidade do trabalho como dimensão identitária e de promoção da passagem da heteronomia à autonomia relativa, uma das tarefas desenvolvimentais mais centrais a serem desempenhadas pelas novas gerações, nas sociedades ocidentais contemporâneas: nelas incluído a nação e o estado periférico, Brasil e Goiás.

Além das informações educacionais, acrescentam-se as referentes à localização sócio-espacial dos/as entrevistados/as.

Continuemos, pois, construindo este edifício do perfil dos sujeitos da pesquisa. A seguir, destacando uma dimensão importante, da sua inserção sócio-espacial no interior da cidade, representado pelo local de residência. Este que é não apenas um localizador do endereço físico, mas, sobretudo, do lugar social, do pertencimento a classes sociais específicas, a partir das quais recebem insígnias ou marcas que carregam de forma mais ou menos explícitas em suas andanças pela cidade, em suas interações sociais, sendo também capaz de influenciar a própria definição do seu ser. O espaço de moradia é um receptáculo simbólico da divisão, segmentação e fragmentação das classes (ver sobre o espaço social em geral em Lefebvre, 2001; Santos, 2004, e mais especificamente sobre os espaços sociais no Centro-oeste e Goiás, Cavalcanti, 2002; Moysés, 2004; Carvalho, 2006). A localização sócio-espacial dos participantes da pesquisa, na cidade de Goiânia, está disposta no quadro 5.

Quadro 5 – Distribuição da localização sócio-espacial dos/as respondentes por regiões da cidade de Goiânia (ver apêndice 1).

**Região de Goiânia onde mora**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cum ulative Percent
Valid	Região Central	15	8,4	8,4	8,4
	Região Campinas	13	7,3	7,3	15,6
	Região Noroeste	18	10,1	10,1	25,7
	Região Sul	11	6,1	6,1	31,8
	Região Oeste	16	8,9	8,9	40,8
	Região Mendanha	9	5,0	5,0	45,8
	Região Norte	11	6,1	6,1	52,0
	Região Vale do Meia Ponte	6	3,4	3,4	55,3
	Região Leste	27	15,1	15,1	70,4
	Região Macambira/Cascavel	6	3,4	3,4	73,7
	Região Sudeste	4	2,2	2,2	76,0
	Região sudoeste	3	1,7	1,7	77,7
	Região do entorno de Goiânia	38	21,2	21,2	98,9
	Respostas Prejudicadas	2	1,1	1,1	100,0
	Total	179	100,0	100,0	

O quadro revela uma maior concentração (21,2%) das respostas em regiões que estão fora dos limites estritos de Goiânia, ou seja, residem nas cidades do entorno. Quanto às regiões de Goiânia, de forma estrita, a Região Leste da cidade tem maior representatividade (15,1%) entre os locais de residência apresentados pelos participantes do programa entrevistados, embora todas as regiões da cidade estejam representadas em maior (Região Leste) ou menor grau (Região Sudoeste).

Essa informação torna-se relevante à medida que estabelecem um mapeamento do nível de abrangência do programa de inserção de adolescentes como aprendizes no mercado de trabalho. Como critério de avaliação de impacto ou efetividade torna-se relevante. Mas além desta funcionalidade para avaliar as práticas do programa em pauta, é também necessário refletir sobre a concentração de adolescentes – e suas possíveis razões – que residem nas cidades do entorno de Goiânia, o que indica que é um programa que espraia suas ações além dos limites da cidade, concentrando-as expressamente fora do âmbito municipal goianiense.

Vale lembrar, que a discussão interna da organização, tem sido pautada por uma idéia bastante abrangente, de que os problemas sociais a serem enfrentados pela mesma, na efetivação de sua missão (empresarial?) deveriam considerar a realidade do entorno. No caso da questão dos chamados *meninos de rua*, por exemplo, já houve vários mapeamentos realizados pela organização (Sousa, 1996), que destacam que os meninos e as meninas que freqüentam e se estabelecem nos espaços públicos da cidade de Goiânia, em sua maioria são oriundos – suas famílias nucleares residem – em cidades do entorno de Goiânia, destacando-se os que residem na cidade de Aparecida de Goiânia. Enfim, essas informações devem ser objeto de reflexão por parte dos gestores e trabalhadores desta organização, os quais devem ter as respostas que iluminam melhor essa disposição da *geografia* dos atendimentos.

Acrescenta-se ainda, um aspecto importante que tem sido destacado em alguns estudos sobre adolescência e juventude (ver Cassab, 2001, Carrano, 2002; 2003 dentre outros), os quais buscam destacar o modo como estes circulam pela cidade e como ocupam os espaços sociais com os seus corpos. O fato é que a questão da circulação pela cidade constitui um tema valoroso para o estudo da ocupação cotidiana da cidade e do transitar por ela, por parte dos adolescentes e jovens. Nesse sentido, vale destacar a região em que está localizada a escola dos/as entrevistados/as. Esta localização está representada no quadro 6.



Quadro 6 – localização das escolas onde estudam os entrevistados.

		Região da escola			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Central	43	24,0	24,0	24,0
	Campinas	20	11,2	11,2	35,2
	Noroeste	14	7,8	7,8	43,0
	Sul	15	8,4	8,4	51,4
	Oeste	11	6,1	6,1	57,5
	Mendonha	1	,6	,6	58,1
	Norte	9	5,0	5,0	63,1
	Vale do Meia Ponte	4	2,2	2,2	65,4
	Leste	17	9,5	9,5	74,9
	Macambira/Cascavel	1	,6	,6	75,4
	Sudeste	2	1,1	1,1	76,5
	Sudoeste	3	1,7	1,7	78,2
	Entorno de Goiânia	37	20,7	20,7	98,9
	Resposta prejudicada	2	1,1	1,1	100,0
	Total	179	100,0	100,0	

Se no quadro de distribuição dos locais de moradia se destacam os locais identificados nas cidades do entorno da Região Metropolitana, no quadro de localização da escola em que estudam, se destaca a Região Central da cidade de Goiânia. Ou seja, 24% dos entrevistados estudam na Região Central, embora nela residam apenas 8,4% dos/as entrevistados/as. Em localidades das cidades do entorno, por sua vez, há uma convergência entre a localidade das moradias e da localização da escola em que estudam, respectivamente, 21,2 e 20,0%. A região Campinas, em Goiânia, por exemplo, é local de moradia para 7,3% e da escola em 11,2%. Já a região Noroeste de Goiânia, considerada uma com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade registra um número maior de residência (10,1%) que de localização de escolas (7,8%) o que é compreensível à medida que nesta mesma região se encontram, em convergência com as condições econômicas, sociais e políticas, ambientes escolares bastante frágeis, o que estimularia seus moradores adolescentes a migrarem para outros locais, para realizarem seus estudos. Da mesma forma a Região Oeste caiu de 8,9% para 6,1%, na relação moradia-escola e a região Norte caiu de 6,1% para 5,0%.

Trata-se de um mapeamento importante de ser continuado, já que a vida na cidade, o modo de viver e fazer a cidade viva, com seus dilemas e conflitos, é uma forma de afirmar os desafios presentes na noção de cidadania e participação entre as populações jovens da cidade. O mesmo vale também para os adolescentes aprendizes.

A esses pontos referenciais da residência, da escola, acrescenta-se ou de relativa importância para os entrevistados: a localização do local de trabalho. Essas informações estão expressas no quadro 7

Quadro 7 – Distribuição dos entrevistados pela região da cidade em que trabalham.

Região da cidade em que trabalham					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Central	69	38,5	38,5	38,5
	Campinas	35	19,6	19,6	58,1
	Noroeste	1	,6	,6	58,7
	Sul	12	6,7	6,7	65,4
	Oeste	3	1,7	1,7	67,0
	Mendanha	6	3,4	3,4	70,4
	Norte	5	2,8	2,8	73,2
	Macambira/Cascavel	7	3,9	3,9	77,1
	Sudeste	23	12,8	12,8	89,9
	Sudoeste	5	2,8	2,8	92,7
	Entorno de Goiânia	12	6,7	6,7	99,4
	Resposta prejudicada	1	,6	,6	100,0
	Total	179	100,0	100,0	

Quando se trata da região em que se encontra o local de trabalho os pontos de concentração se acentuam na Região Central. Nesta residem 8,4%, estudam 24% e trabalham 38,5% dos/as entrevistados/as, ou seja, emerge um trajeto que se assemelha bastante com o movimento das camadas populares urbanas, de residência em áreas periféricas e trabalho em regiões mais centrais. Em seguida se destaca a Região Campinas com 19,6%, e sudeste (12,8%) nas indicações de locais de trabalho. Por outro lado, se na Região Noroeste, com as características já apresentadas registra um decréscimo na concentração de moradia em direção à localização da escola, quando se trata de local de trabalho registra apenas um

caso (0,6%). A localização do trabalho nas cidades do entorno de Goiânia também sofre um decréscimo, em relação à moradia e localidade da escola, concentrando apenas 6,7% das localidades de trabalho de entrevistados/as<sup>5</sup>.

O que se desprende dessas informações é a projeção de um desenho de trajetos e circuitos realizados pela cidade, pelos entrevistados, os quais, concentrados nas cidades do entorno, se deslocam para as regiões mais centrais de Goiânia para estudar e trabalhar. Com exposto anteriormente, redesenhando um trajeto que marca os caminhos das camadas populares urbanas no seu trajeto pela cidade: residir na periferia, estudar e trabalhar no centro da cidade, onde estão concentrados equipamentos sociais e estruturas de outras atividades diversas da administração pública e dos postos de trabalho. Nessa perspectiva as informações registradas pelo documento da Coordenação de Assuntos Comunitários da prefeitura de Goiânia, à época da gestão 2001-2004, reforçam esta informação aqui apresentada e, de certa forma, justifica esse desenho nas rotas dos/as entrevistados/as pela cidade nos caminhos entre residência-família, escola e trabalho. Assim, afirma o documento:

a Região Central, com os seus bairros aqui relacionados, iniciou a sua história, juntamente com a história da cidade. Ao longo dos tempos foi construindo as suas características próprias e definidas (...) onde está instalado o poder executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunais de Contas, delegações e representações de ministérios da União, instâncias governamentais, municipais e estaduais. Inúmeras entidades não Governamentais (ONGs), Sindicatos, Associações, Federações, Conselhos, Confederações, templos religiosos (...) Nessa região concentra-se várias unidades escolares, pré-escolar, fundamental de 1ª a 8ª séries, ensino médio e superior, tanto municipais, estaduais e particulares. Tendo ainda, uma concentração de centros culturais, históricos, pontos turísticos, de lazeres, cinema, teatros, bosques, zoológico, mutirama (...). (Goiânia, Prefeitura Municipal, Assessoria de Assuntos Comunitários, 2003, p. 31, *apud* Carvalho, 2006).

Tais informações, de certa forma, relacionam-se com as informações que emergiram da presente pesquisa e acrescentam outras ainda não abordadas, relativas ao universo do lazer e entretenimento, uma dimensão que, embora central para entender o universo juvenil, não foi abordado em razão do próprio objeto aqui delimitado. Para complementar as informações ora expostas, outras

---

<sup>5</sup> Realizando-se o cruzamento das três informações, sobre a região em que se situa o local de residência, de estudo e de trabalho, pode-se ter uma visão mais adequada e sintética do que foi apresentado textualmente. Nesse sentido, pode ser consultado o apêndice 2 no final do trabalho.

relacionadas com os tipos de empresas nas quais trabalham os/as participantes da pesquisa. Tais informações podem ser visualizadas no quadro 8.

Quadro 8 – Distribuição dos locais de trabalho pelo ramo de atuação das organizações nas quais trabalham os entrevistados.

**Ramo de atuação da empresa, segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE/MF/IBGE)**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indústria de transformação	19	10,6	10,6	10,6
	Empresa de comércio varejista	38	21,2	21,2	31,8
	Empresa de alojamento	1	,6	,6	32,4
	Empresa de construção	3	1,7	1,7	34,1
	Empresa de transporte	5	2,8	2,8	36,9
	Empresa de atividades imobiliárias	2	1,1	1,1	38,0
	Empresa de atenção à saúde humana	21	11,7	11,7	49,7
	Empresa de eletricidade e gás	1	,6	,6	50,3
	Empresa de educação	2	1,1	1,1	51,4
	Empresa de esporte, recreação e lazer	2	1,1	1,1	52,5
	Administração pública	80	44,7	44,7	97,2
	Organizações associativas	5	2,8	2,8	100,0
	Total	179	100,0	100,0	

Pela presente classificação<sup>6</sup> é possível identificar a concentração dos

<sup>6</sup> Trata-se da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) desenvolvida e padronizada pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) "A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física). A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA. A tabela de códigos e denominações da CNAE foi oficializada mediante publicação no DOU - Resoluções IBGE/CONCLA nº. 01 de 04 de setembro de 2006 e nº. 02, de 15 de dezembro de 2006. Sua estrutura hierárquica mantém a mesma estrutura da CNAE (5 dígitos), adicionando um nível hierárquico a partir de detalhamento de classes da CNAE, com 07 dígitos, específico para atender necessidades da organização dos Cadastros de Pessoas Jurídicas no âmbito da Administração

entrevistados em organizações de trabalho vinculadas à administração pública (44,7%) representando praticamente a metade das inserções de adolescentes. Pela definição da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), administração pública são atividades essencialmente não-mercantis, ou seja, compreendem a administração geral ligadas ao executivo, legislativo e administração tributária nas três esferas de governo, bem como a “regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país” (Brasil, 2008, s.p.). Aponta como característica fundamental deste conceito o fato de exercerem atividades que são prerrogativas estritamente estatais, embora possam ser caracterizadas pela execução por pessoa jurídica na forma de transferência de funções pelo Estado<sup>7</sup>.

Essa concentração, de certa forma revela algumas nuances da própria implementação desta política de inserção de adolescentes no mercado de trabalho. A questão de base é: Quais seriam as razões para que o exercício profissional dos entrevistados esteja concentrado em órgãos da administração pública, sobretudo municipal? Seria indício de um modo de agir na implementação destas ações, ou mero fruto do acaso?

A resposta a essa pergunta, pode dar condição de extrair a essência desta política de inserção de adolescentes no mundo do trabalho. Não se pode deixar de considerar que a organização na qual estão localizadas estas ações carrega em sua história, o fato de ter sido gestada como uma Organização jurídica Não-Governamental (ONG), financiada com orçamento do poder público municipal. Essa característica já a coloca em uma relação muito estreita e instável com os ventos da política que se trava no campo da municipalidade. Por consequência desta origem, recebe muitas influências nas suas decisões e nos

---

Tributária. Na Secretaria da Receita Federal, a CNAE é um código a ser informado na Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica (FCPJ) que alimentará o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ” (Brasil, 2008).

<sup>7</sup> Vale ressaltar que a noção de público definido após a onda neoliberal, iniciada no Brasil a partir do início da década de 1990, com o Governo Collor de Melo, deu início a grande boom das ONGs que passaram a, de certa forma, privatizar a forma de gestão dos recursos públicos estatais, agora tido como apenas fornecedor dos recursos financeiros necessários ao funcionamento das políticas compensatórias. A Sociedade Cidadão 2000, tem essa característica de ser financiada quase que exclusivamente, para não dizer exclusivamente, por recursos do poder público municipal, e em alguns casos, da União. Tem como significado político a desregulamentação do Estado e o avanço da transferência do capital do público para o privado, por meio de ofertas de serviços, antes tidos como direito da população. Tem-se como exemplo emblemático dessa tendência a política de saúde, educação e assistência social, que tendem a privatização.

encaminhamentos de suas ações. Ora, nesse contexto a existência de uma concentração muito grande de adolescentes em organizações públicas municipais vem reafirmar essa simbiose que produz uma interdependência mútua entre os atores da administração e a organização em pauta, com todas as implicações do ponto de vista da ingerência e formas de clientelismo reinante na cultura política brasileira, e de Goiás em particular.

Por outro lado, é de praxe na organização em questão – faz parte da cultura local – a prática de absorver para seus quadros os que um dia foi usuários de seus programas. Dessa forma, alguns trabalhadores da instituição carregam na sua trajetória (o que é visto como uma prova de *ascensão e mudança de vida*) o fato de ter ingressado nela como usuário, tornando-se posteriormente um funcionário da mesma. Alguns iniciaram como adolescentes em situação de rua, atendidos pelos programas, receberam apoio, e quando chegou o momento de se buscar um trabalho para sua subsistência, ou de promover formas de emancipação em relação à instituição, surge como a alternativa mais viável, a própria organização promovê-lo à condição de trabalhador da mesma. Casos desse tipo se multiplicam dentro da instituição e nos interpela a buscar o grau de efetividade na promoção da inserção do mesmo no mercado de trabalho. Não seria pouco provável que a concentração de adolescentes em órgãos da administração pública municipal cumpra também este papel de constituir um posto de trabalho, em um contexto de desemprego estrutural.

No entanto, não é apenas na administração pública que estão concentradas as empresas que recepcionam adolescentes trabalhadores/as. Dos/as entrevistados/as, 21,2% estão incluídos em empresas do comércio varejista. Tais empresas são definidas pelo CNAE como as que realizam atividades de revenda de bens de consumo para o público em geral, preponderantemente para o consumidor final. São exemplos destas atividades os casos de trabalhos em supermercados, locais em que uma parcela dos entrevistados trabalha.

Outro segmento que se destaca refere-se às empresas de atenção à saúde humana, ou seja, atividades em hospitais e maternidades, consultórios médicos e dentários, clínicas médicas e outras atividades de laboratório (Brasil, CNAE, 2008). Os que estão incluídos nestes, sobretudo nas clínicas médicas, representam 11,7% dos entrevistados.

Seguem-se os que estão inseridos em organizações ligadas à indústria de transformação (10,6%). Indústria de transformação é aquela que se utiliza de processos físicos, químicos e biológicos para obter produtos novos. São produtos oriundos de atividades tais como indústria, agricultura, mineração etc. São desenvolvidas em geral, em fábricas, utilizando máquinas e outros equipamentos para manipulação de materiais. Além destes, as atividades artesanais e de fundo de quintal também se enquadram nessa definição (Brasil, CNAE, 2008). Vale destacar uma dessas empresas que se enquadram neste campo e tem recebido trabalhadores adolescentes: a empresa instalada em Goiás: Cicopal.

Do conjunto das empresas apresentadas nessa classificação, estão incluídas as que trabalham com comércio de ferro e aço industrializados, hospitais, laboratórios, comércio varejista de móveis e eletrodomésticos, secretarias municipais ligadas ao meio ambiente, obras, infra-estrutura e pavimentação, transportes, lazer, administração central, planejamento, empresa de saneamento, super e hipermercados, varejista de materiais de construção, organização religiosas (Igreja Universal do Reino de Deus), empresas de transportes, de lazer (clubes), imobiliárias, postos de gasolina, curtumes, comércio de pneus, engenharia e, finalmente, na própria organização (Sociedade Cidadão 2000, 2001). Essa amplitude de organizações, atuando nos ramos mais diversos (embora predomine aquelas da administração pública) pode representar também, um leque bastante amplo de possibilidades de significações para os adolescentes que nelas atuam como aprendizes. Nesse sentido, é necessário indagar-se também sobre o tipo de tarefa que desenvolvem, como forma de trazer mais um elemento que contextualiza as formas de significação que serão apresentadas posteriormente. Veja-se, portanto, o resultado dessas informações no quadro 9:

Quadro 9 – Relação de atividades realizadas por aprendizes nas empresas.

		Tipo de atividades realizadas na empresa			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tarefas administrativas	108	60,3	60,3	60,3
	Operador de microcomputador	7	3,9	3,9	64,2
	Repositor de mercadorias	22	12,3	12,3	76,5
	Atendimento ao público	9	5,0	5,0	81,6
	Auxiliar de serviços gerais	7	3,9	3,9	85,5
	Função indefinida	21	11,7	11,7	97,2
	Amigos do trânsito	1	,6	,6	97,8
	resposta prejudicada	4	2,2	2,2	100,0
	Total	179	100,0	100,0	

As atividades ou tarefas, realizadas de forma mais predominante, consistem nas de caráter administrativa (60,3%). Tarefas administrativas são aquelas que explicitamente se referem a auxiliar de administração, e outras que indicam nesta direção. Dentre elas, atuarem no protocolo, ou seja, realizar ações que se destinam ao registro de atos públicos, registros de correspondências e outras atividades do gênero. Também os trabalhos relacionados com funções de almoxarifes, ou seja, trabalham no depósito de objetos, materiais e matéria prima, em repartições públicas ou privadas, exercendo funções de auxílio na organização desses materiais, em termos de armazenamento e controle de acesso e uso. Além de trabalho definidos como entrega de malotes, ou seja, entrega rápida de correspondência ou encomendas, trabalho de operação de foto copiadora, entregar e/ou arquivar processos, montar processos, atender telefone, transportar (carregar) e receber processos, arquivar e entregar papéis (documentos), mensageiro, separar e carimbar notas, colocar etiquetas, colocar papéis na impressora, limpar computador, separar pedidos, etc.

Vale destacar nesse conjunto de atividades, cuja definição que os/as participantes da pesquisa realizam, estão vinculados estritamente a ações fragmentadas, trabalhos que exigem, em geral, esforço do tipo mais mecânico (tirar fotocópias, levar processos, arquivar...), ou seja, refletindo do ponto de vista da tarefa exercida, por si mesma, alguém que não esteja com outras informações



oriundas das vivências com relação ao trabalho em geral e aquele específico de aprendiz, poderia se perguntar onde estaria localizado o teor educativo (este que deve acompanhar o trabalho realizado na condição de aprendiz, como idealiza a legislação) nestas tarefas descritas? Evidentemente, essas atividades podem estar relacionadas com um sentido de pertencimento a um grupo, uma organização, ao sentimento de ter uma responsabilidade, enfim, somente a partir de um diálogo mais aprofundado (algo que extrapola os objetivos deste trabalho) poderia dar a exata medida do significado destas tarefas, incluída em uma categoria denominada administrativas. Mas há de se perguntar, em que medida o exercício de tarefas tão pouco elaboradas (do ponto de vista do aprendiz, que exigem esforços mais mecânicos que propriamente reflexivo que exige mais um exercício maquinal que um fazer criativo) podem estar contribuindo para imprimir a dimensão educativa que se propõe por meio da inserção no mundo do trabalho? Ao que as informações indicam, trata-se de um fazer fragmentado, que não permite criar o sentido de identificação com um fazer mais totalizante, e menos fragmentário.

Para corroborar essa análise podem-se acrescentar as atividades descrita pelos entrevistados, como sendo *repositor de mercadorias* (12,3%) e as respostas categorizadas como *função indefinida* (11,7%). O exercício de atividades como reposição de mercadorias está relacionada de forma mais estrita com atividades exercidas em empresas de comércio de alimentos (supermercados). Repor mercadoria foi incluída com um sentido mais geral de repor a mercadoria em si, bem como remarcar preços e outras atividades que se aproximam desta função.

No caso das atividades indefinidas, vale ressaltar que esta categoria foi elaborada para abranger respostas que não especificavam claramente uma tarefa. Como exemplo pode-se citar algumas respostas. Uma delas: *faço de tudo um pouco* (masculino,16); ou *um pouquinho de cada coisa que me pedem* (Feminino, 16). Uma variação da mesma resposta: *faço de tudo, ou seja, ajudamos todos no que precisar* (feminino, 15). Tendo clarificado o que se está denominando funções indefinidas, se podem continuar analisando, do ponto de vista da formação destes/as adolescentes aprendizes, como é chamado no interior da instituição, o significado destas tarefas para sua formação: quais seriam a amplitude e abrangência da formação propiciada por este tipo de

atividade exercida em grande massa pelos aprendizes? Qual o tipo de aprendizado sua inserção concreta no mundo do trabalho vem propiciar?

Grosso modo e com um olhar de estrangeira, desconsiderando, de princípio, a vivência por seus atores, do trabalho em si, tende-se a concluir que são tarefas que não promovem uma formação que não se restrinja àquela já apontada pela tradição da teoria da práxis como sendo formação para a subalternidade propiciada, via de regra, aos membros da classe trabalhadora (Gramsci, 2001). É nesse sentido que o mesmo Antônio Gramsci (1934/2001) afirma, em sua discussão sobre americanismo e fordismo, que a hegemonia que nasce da fábrica é acompanhada de uma moral de produtores e por uma ética do trabalho, destinada a produzir formas de passividade e adaptação das classes trabalhadoras às estratégias de dominação capitalistas.

Trazendo a discussão para o campo da relação dos aprendizes com o trabalho e da qualidade dessas relações objetivas no processo de formação para a subalternidade e a obediência, resta discutir como se estabelecem, no processo de constituição desta moral do trabalho, o significado de uma educação que se processa no exercício dessas tarefas especificadas anteriormente, e como isso repercute na consciência dos atores desse processo de inserção no mundo do trabalho como aprendizes. Aprendizes de quê? Esta é a pergunta que emerge para se discutir com base no tema do significado do trabalho para os adolescentes entrevistados.

No entanto, um primeiro indício dessa subjetividade (no contraponto com a objetividade das relações que se dão, tendo o trabalho como foco) pode ser identificado na questão da satisfação expressa com relação ao trabalho realizado. Assim, o significado de estar satisfeito ou insatisfeito, pode ser um indício do que sente, no corpo e na mente, no corpo e no psiquismo, no corpo e no espírito, ou no espírito-corpo, de forma indissociável, um trabalho penoso, sem sentido, algo parecido, ou mesmo o seu inverso, satisfatório, com sentido de auto-realização. O fato é que, estar satisfeito ou insatisfeito com o trabalho que se realiza indica um estado de bem-estar ou mal-estar, impactado pelas relações objetivas que se dão no âmbito do trabalho. Veja-se o quadro 10.

Quadro 10 – Relação das respostas quanto à satisfação ou insatisfação com o trabalho que realiza nas empresas.

### Se está satisfeito com o trabalho

		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	167	93,3	93,3
	Não	11	6,1	99,4
	Resposta prejudicada	1	,6	100,0
	Total	179	100,0	

Nesse quadro um achado bastante significativo. Embora para quem esteja do lado de cá da análise, os tipos de trabalho apresentem-se como algo do tipo que se costuma chamar de alienado, ou seja, no qual o agente que produz não se reconhece em sua obra, mas a vê com um estranhamento, capaz de se propagar como trabalho sem sentido, aparece esta informação: 93,3% dos 179 respondentes da pesquisa, afirmam estar satisfeito com o trabalho que realizam. Vejamos no quadro 11, algumas justificativas para a satisfação ou insatisfação com o trabalho realizado.

Quadro 11 – Apresentação dos motivos de satisfação ou insatisfação com o trabalho realizado.

### motivo da satisfação/insatisfação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pelo aprendizado	37	20,7	20,7	20,7
	Valorização de si na empresa	6	3,4	3,4	24,0
	Associação do trabalho as aspirações profissionais	11	6,1	6,1	30,2
	Descompasso entre desempenho e recompensa financeira	2	1,1	1,1	31,3
	Novidade da experiência	2	1,1	1,1	32,4
	Atividade gratificante	46	25,7	25,7	58,1
	Nível de exigência no trabalho	13	7,3	7,3	65,4
	Recompensa financeira	2	1,1	1,1	66,5
	Pelas relações de trabalho	14	7,8	7,8	74,3
	Para ter uma ocupação	7	3,9	3,9	78,2
	Resposta prejudicada	39	21,8	21,8	100,0
	Total	179	100,0	100,0	

As respostas foram categorizadas de forma tal que, independentemente de ser uma justificção para a satisfção ou a insatisfção, fosse apresentado o quadro, organizado em onze categorias. Observando o mesmo é possvel identificar nas justificções mais recorrentes, a afirmação de que se trata de uma atividade gratificante (25,7%). Desconsiderando as respostas prejudicadas, que tambm são em número acentuado (e vale perguntar qual o significado de tantas respostas prejudicadas) a afirmação de que a justificção, no caso, para a satisfção no trabalho e nas atividades que realiza, é dada pelo critério do *aprendizado* (20,7%). Fazendo o cruzamento das duas respostas às questões anteriores tem-se o quadro 12, que explicitas com mais clareza a relação entre satisfção/insatisfção com o trabalho e o tipo de justificção.

Quadro 12 – Distribuição das repostas por satisfção/insatisfção e o tipo de justificção.

Count		Se está satisfeito com o trabalho			Total
		Sim	Não	Resposta prejudicada	
motivo da satisfção/insatisfção	Pelo aprendizado	37	0	0	37
	Valorização de si na empresa	6	0	0	6
	Associação do trabalho as aspirações profissionais	10	1	0	11
	Descompasso entre desempenho e recompensa financeira	0	2	0	2
	Novidade da experiência	2	0	0	2
	Atividade gratificante	46	0	0	46
	Nível de exigência no trabalho	6	7	0	13
	Recompensa financeira	2	0	0	2
	Pelas relações de trabalho	13	1	0	14
	Para ter uma ocupação	7	0	0	7
	Resposta prejudicada	38	0	1	39
Total	167	11	1	179	

Dos que responderam estar satisfeito com o trabalho, 46 justificaram pelo fato de serem atividades gratificantes, do seu ponto de vista. No entanto, 38 que

responderam estar satisfeito com o trabalho não justificaram o porquê e 37, afirmou que o que lhe faz estar satisfeito com o trabalho foi o *aprendizado*, 13 pelas relações de trabalho, ou seja, pelas pessoas com quem convivem e se relacionam no trabalho, e 10 pelo fato de perceber uma relação entre as atividades que realizam no trabalho e as aspirações profissionais. Dos que não estavam satisfeitos com o trabalho, sete enfatizaram ser em razão do nível de exigência para com eles, em dois casos afirmaram haver um descompasso entre o desempenho na empresa e a recompensa financeira, ou seja, que em palavras bem diretas significaria: pagar pouco e exigir (cobrar) demais, o que pode provocar nos adolescentes e nos trabalhadores em geral, um sentimento de estar sendo injustiçado. Em um caso afirmou-se ser em razão das relações de trabalho estabelecidas no interior da empresa, e outro por haver um descompasso entre o que faz e suas aspirações profissionais.

No entanto, o mais intrigante nessas respostas, que mereceria investigação mais aprofundada, refere-se à resposta que afirma que a satisfação é em razão do aprendizado. A questão que fica é: até que ponto essa resposta não foi dada na busca de responder ao que a entrevistadora esperava ouvir? Dito de outra forma, o que significa associar a satisfação no trabalho com algo denominado *aprendizado*, ou seja, se está satisfeito nas relações de trabalho, por que lá se está aprendendo. E não podemos nos esquecer que a razão de ser do programa declara-se como de inserção do adolescente, como aprendiz, no mundo do trabalho. São também referenciados como sendo adolescentes aprendizes: essa é sua identidade na instituição. Ora, se a instituição é do adolescente trabalhador, composto de adolescentes aprendizes, inseridos no mundo do trabalho, logo, o aprendizado deve ser algo central na justificção de estar nele incluído. Por essas e outras questões, desconfia-se que as respostas podem ter sido dadas na busca de dar uma resposta condizente com aquilo se supunha, a entrevistadora gostaria, ficaria satisfeita, de ouvir, um problema já amplamente discutido quando se trata do uso de instrumento do tipo questionário para levantar informações de pesquisa (Alves Mazotti; Gewandsznajder, 2002). No entanto, se está caminhando em um campo bastante controverso: como afirmar que as respostas dadas não condizem com o que de fato é a experiência de satisfação no trabalho? Não haveria nessas experiências aprendizado? Estas são questões que remetem a temática em pauta para o campo de discussão

sobre a relação que as/os jovens estabelecem com o saber (Charlot, 2001), ou seja, resgatando o conceito de uma moral do trabalho no interior das camadas populares, se poderia estar estruturando uma forma de relacionamento com o aprendizado e o saber, ou o saborear o aprender, de forma particularmente distinta no trabalho que realizam, em oposição à relação que estabelecem com o saber que se dá no âmbito da escola, embora o programa tenha como pressuposto e critério de inserção e permanência a participação também no âmbito da escola, por parte dos aprendizes.

Essa temática pode ser problematizada também, com base na discussão introduzida por Christophe Dejours (Dejours, 1987; 1999; Lancman; Sznelman, 2004), acerca das vivências de prazer e sofrimento no trabalho<sup>8</sup> como fatores vinculados ao trabalho. Nesse sentido, Dejours (1999) afirma que as vivências de prazer e sofrimento no trabalho surgem à medida que as exigências intelectuais, motoras ou psicossociais da tarefa convergem para a realização das necessidades do sujeito do trabalho, assim, pode ocorrer que a simples execução da tarefa seja elemento que propicia prazer e satisfação no trabalho, ao passo que a rigidez da organização empresarial torna-se um impeditivo para a negociação entre ela e o/a trabalhador/a e suas necessidades, se instalam o sofrimento. Para Dejours (1999) as categorias prazer e sofrimento são construtos dialéticos, os quais estão indissociavelmente ligados a situações de trabalho, podendo haver, no entanto, uma preponderância de uma desta dimensão em relação à outra. No caso da presente investigação exploratória, a afirmação de contentamento ou descontentamento com o trabalho realizado por adolescentes aprendizes, nas empresas em que estão inseridos podem estar, e estão relacionados com as categorias prazer e sofrimento no trabalho.

---

<sup>8</sup> Nesse sentido afirma Milton Athayde (2005, p. 988) “Ao contrário de postular o trabalho como fator fundamentalmente enlouquecedor (...), afirma no livro o que as enquetes do grupo haviam detectado: os trabalhadores não se mostravam passivos em face das exigências e pressões organizacionais, e, sim, capazes de se proteger dos efeitos nefastos à saúde mental. Eles sofriam, mas sua liberdade se exercia, mesmo que de forma muito limitada, na construção de *sistemas* defensivos, fundamentalmente coletivos. Esse trabalho clínico levou Dejours a deslocar seu foco investigativo das doenças mentais geradas pelo trabalho para o sofrimento e as defesas contra esse sofrimento. À medida que a maioria dos trabalhadores conseguia conjurar a loucura, apesar da violência da organização do trabalho, a *normalidade* (equilíbrio instável, precário, entre sofrimento e defesas) é que se configurava como enigma”.

Algumas vivências identificadas por Dejours (1987), com base em relatos de trabalhadores, podem ser destacadas, dentre elas, a *insatisfação* e a *ansiedade*. Para o autor, as vivências de insatisfação no trabalho estavam relacionadas com a significação da tarefa executada e ao conteúdo ergonômico do trabalho, ou seja, o desenho do esforço e movimento que caracteriza o trabalho. A significação da tarefa, geradora de insatisfação relaciona-se com a noção de que determinadas atividades são humilhantes e depreciativas, causando um sentimento subjetivo de desvalor. O conteúdo ergonômico está relacionado ao próprio dispêndio de esforço necessário para realizar a tarefa. Neste caso, o cansaço corporal advindo do esforço físico necessário à execução do trabalho, pode ser o fator imediatamente anterior ao sentimento de insatisfação. Este parece ser o caso dos aprendizes que afirmam estarem insatisfeitos pelo *nível de exigência* do trabalho.

A vivência de ansiedade, identificados nos estudos de Dejours (1987), foram constatadas em todas as categorias profissionais, no entanto, de forma mais acentuada naquelas em que se apresentavam situações reais de risco à integridade física, a partir do exercício do trabalho. Tais trabalhadores/as apresentavam, segundo o autor, um discurso permeado de tensão nervosa, diante da possibilidade real de haver um dano a sua integridade física advindo do exercício da tarefa no trabalho. Em alguns casos, expressam o *medo* de não dar conta de realizar a tarefa no ritmo e na proporção exigida pela empresa, por outro lado, a ansiedade foi uma vivência de sofrimento no trabalho, advinda também do que Dejours (1987) denominou *degradação psicoafetivas* resultante das relações entre os pares no trabalho e das relações de violência e agressividade na relação com as hierarquias da empresa. Um exemplo bastante ilustrativo desta categoria, entre os adolescentes, são aquelas respostas que identificam as relações de trabalho como um mediador da vivência de satisfação ou insatisfação.

Tendo essas duas chaves de leitura como aporte, pode-se dar continuidade à análise dos quadros oriundos da pesquisa junto aos aprendizes, nos quais se cruzam as informações referentes ao tipo de trabalho que realizam e o motivo da satisfação ou insatisfação no trabalho.

Quadro 13 – relação entre motivo da satisfação/insatisfação e tipo de atividade realizada na empresa.

motivo da satisfação/insatisfação \* atividades realizadas na empresa Crosstabulation

Count

		atividades realizadas na empresa								Total
		Tarefas administrativas	Operador de microcomputador	Repositor de mercadorias	Atendimento ao público	Auxiliar de serviços gerais	Função indefinida	Amigos do trânsito	resposta prejudicada	
motivo da satisfação/insatisfação	Pelo aprendizado	24	4	1	2	1	5	0	0	37
	Valorização de si na empresa	4	1	0	0	0	1	0	0	6
	Associação do trabalho as aspirações profissionais	9	0	1	1	0	0	0	0	11
	Descompasso entre desempenho e recompensa financeira	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	Novidade da experiência	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	Atividade gratificante	30	1	5	2	2	3	1	2	46
	Nível de exigência no trabalho	6	0	5	0	2	0	0	0	13
	Recompensa financeira	1	0	0	0	0	1	0	0	2
	Pelas relações de trabalho	5	1	1	3	0	3	0	1	14
	Para ter uma ocupação	3	0	3	0	0	1	0	0	7
	Resposta prejudicada	22	0	6	1	2	7	0	1	39
Total	108	7	22	9	7	21	1	4	179	



Relacionando o tipo de atividade realizada na empresa por adolescentes aprendizes, com motivo apresentado para a satisfação no trabalho, se pode ter uma idéia acerca dessa relação hipotética entre atividade e satisfação, seguindo as trilhas do pensamento de Dejours (1987; 1999). Assim, para os que justificam a satisfação exclusivamente *pelo aprendizado* estão representados em praticamente todas as categorias de tarefas (administrativas, operador de micro, repositor de mercadorias, atendimento ao público, auxiliar de serviços gerais e os que têm função indefinida – ou que faz de tudo um pouco). Todos afirmam que estão satisfeitos no trabalho em razão do aprendizado.

Por outro lado, os que afirmam estarem satisfeitos pelo fato de serem valorizados na empresa, nelas desenvolvem tarefas administrativas, operação de microcomputador, repositor de mercadorias e com função indefinida. No entanto, o que se destaca em termos de frequência são as respostas que definem a estrita execução da tarefa como motivo para a satisfação no trabalho. Este caso está vinculado às tarefas administrativas em sua maioria, mas também presente em outras como operações de micro-computador, reposição de mercadorias, atendimento ao público, auxiliar de serviços gerais, com função indefinida e amigos do trânsito<sup>9</sup>. Pelo grande número de afirmação de satisfação no trabalho, por parte dos/as entrevistados/as e pelo tipo de tarefa realizada, tende-se a constatar que há um mediador a ser considerado, em termos de uma moral do trabalho, regulando as respostas, já que em um contexto de crise estrutural do trabalho na sociedade contemporânea, este pode ser um redutor das exigências relacionadas à tarefa, ao posto de trabalho, fazendo com que trabalhadores/as das camadas populares se submetam com certa euforia a trabalhos em outros contextos e épocas classificados e vividos como degradantes. No entanto, este é apenas um estudo exploratório, não tem a pretensão de tirar conclusões definitivas, mas abrir um leque de questões e problematizações, que permitam organizar uma agenda posterior de pesquisa e aprofundamento.

O alto grau de satisfação com as tarefas realizadas pelos aprendizes, merecem ser melhor discutida, não necessariamente neste estudo exploratório.

---

<sup>9</sup> Amigos do trânsito, trata-se de uma atividade realizada pela Secretaria Municipal de Trânsito (SMT) da prefeitura de Goiânia, que consiste em trabalhadores, no caso adolescentes trabalhadores, que ficam em locais determinados da cidade, nas faixas de pedestres, regulando as passagens de pedestres e veículos nas ruas e avenidas.

No entanto, algumas falas podem ser apresentadas como complemento ao que foi discutido nas informações quantitativas.

Algumas falas explicitam a dimensão do retorno econômico e da possibilidade de suprir as necessidades humanas de sobrevivência. Um adolescente afirma, como justificativa para estar feliz com o trabalho que desenvolve na empresa: *porque está me ajudando na minha sobrevivência* (masculino, 16), portanto o significado do trabalho neste caso está relacionado ao que este pode intermediar como resultados e ganhos que o desempenhar da função possibilita.

Outras respostas destacam a própria tarefa como justificativa para estar feliz com o que faz na empresa. Diz uma adolescente, justificando: *porque é uma coisa que eu gosto de fazer* (feminino, 16). Neste caso indica a função de repositora, que também arruma as roupas em uma empresa de vestuário. Em outros casos, a afirmação destaca as qualidades do chefe imediato: *porque o meu chefe é bom* (feminino, 16), ou mesmo pela atividade que desenvolve: *por que é minha área e eu gosto* (feminino, 16). Pelo aprendizado: *posso aprender algo e ganho por isso* (masculino, 16), enfatizando a dimensão de junção do útil (aprender) ao agradável (ganhar por isso).

Porém algumas respostas destacam que as atividades realizadas são algo melhor que não ter nada para fazer: *é melhor do que não fazer nada* (masculino, 16). Essa afirmação pode ser entendida não necessariamente como uma avaliação positiva do trabalho que desenvolve, mas como um mal menor. Entre não fazer nada e trabalhar como empacotador de compras, não que esta atividade seja a mais gratificante, mas é preferível a ficar em casa dormindo.

Algumas respostas enfatizam a intensidade do aprendizado, afirmando estar feliz com o trabalho que desenvolve: *por que estou aprendendo muito* (feminino, 16). Outros, pela novidade da experiência: *por que é uma experiência nova* (masculino, 16). A novidade da experiência está envolta nas atividades de auxiliar administrativo em empresa médica.

Algumas respostas estão no intervalo entre o sim e o não. Um adolescente destaca: *mais ou menos* (masculino, 16), quando se refere a estar feliz com a atividade que desenvolve na empresa, ou seja, ficar no estacionamento puxando carrinhos de compra de supermercado. Outro que dá a mesma resposta (mais

ou menos) afirma que o seu trabalho é *empacotar, pegar caixas de entrega etc. das 17:00 às 21:00 da noite* (masculino, 15).

Entre os que afirmam não estarem felizes com as atividades que desenvolvem na empresa, percebe-se que estas, estão relacionadas a um sentimento de que o trabalho desempenhado está sendo sub-avaliado em termos de retorno financeiro. Assim, um adolescente afirma não estar feliz com o que faz na empresa: *ganho muito pouco pelo que faço* (masculino, 14). Um dos poucos entrevistados com idade de 14 anos, pode estar expressando o significado do trabalho realizado como trabalho penoso. Essa afirmação pode ser confirmada pela justificativa que o mesmo apresenta para seu descontentamento com as atividades realizadas (levar processos nas salas, buscar e levar coisas em uma secretaria municipal), quando afirma que *esperava que o serviço fosse um pouco mais leve*. Ainda nesta mesma direção, outro adolescente afirma: *posso fazer outras coisas, eu gostaria de um trabalho que usasse mais a cabeça e menos o físico* (masculino, 15). Destaca em sua experiência, a divisão alienante, que desqualifica o trabalho manual e exalta o intelectual, na mesma proporção em que se este último é moralmente valorizado em detrimento daquele. Na mesma proporção em que se divide o mundo social entre dirigentes (os que mandam) e dirigidos (o que executam).

Esse significado atribuído pelo adolescente ao trabalho realizado, pode dar pistas para aprofundar o tipo, a qualidade, a amplitude da formação que esta inserção destes adolescentes no mundo do trabalho vem sendo propiciada. Particularmente quando se trabalha com a noção de que estes devam se constituir em sujeitos, agentes, protagonistas nos espaços em que se inserem o que demanda avaliar até que ponto ações fragmentárias, trabalhos rotineiros, burocráticos e repetitivos contribuem para tal.

Não se trata aqui, de afirmar que essa é uma realidade que caracteriza o conjunto dos que estão neste programa de inserção no mundo do trabalho, mas de avaliar, do ponto de vista das tarefas efetivamente executadas e a direção em que esta inserção no trabalho promove aos seus integrantes. Considerando que uma formação, um aprendizado, se dá invariavelmente, mesmo que seja uma formação para a emancipação, mesmo que seja uma formação para a subalternidade, a obediência e a reprodução do uso do poder do mais forte para oprimir.

Outra justificativa para não estar feliz com o que desenvolve na empresa destaca a dimensão das exigências para com as tarefas, somadas a sua característica rotineira: *as pessoas lá são muito perfeccionistas, eu esperava que tivesse mais coisas para fazer, eu esperava que as pessoas de lá [da empresa] não fossem tão chatas* (feminino, 17). Outro ainda, destaca que exerce uma função que não lhe desperta interesse: *o que eu almejo é outra área, eu bem que pensava em trabalhar em outra sala, não no tele marketing, mas sim na área de design gráfico* (masculino, 14). São afirmações que colocam no plano direito das relações de trabalho, a qualidade intersubjetiva, na vivência enquanto adolescente trabalhador. Sendo adolescente trabalhador, estão de certa forma, sendo inserido a partir do lugar social que ocupam nas relações de trabalho e na sociedade em geral, como trabalhadores em uma lógica que exige a mobilização de uma série de recursos e estratégias de sobrevivência, com vistas a manter-se de forma saudável nesta esfera da vida, tão central para todos: o mundo do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou realizar um estudo exploratório acerca do significado do trabalho para adolescentes inseridos em um programa de promoção dessa inserção. Com essa orientação, buscou-se responder qual o significado do trabalho que exercem para estes adolescentes. Diante dessa aparente simplicidade da pergunta, descortinou-se ao longo da investigação e do diálogo com a literatura pertinente, um tema complexo e multiforme.

A pergunta formulada, como norte para explorar essa temática do significado do trabalho para essa categoria de idade que se convencionou chamar de adolescência/juventude, desdobrou-se em outras perguntas, no decorrer do contato com o material empírico. Por exemplo, diante da recorrente expressão de que se está feliz com o trabalho que realiza em razão do aprendizado, emergiu a pergunta: que tipo de aprendizado é este que desponta como razão para se estar feliz com o trabalho realizado? Esta pergunta abre um leque de possibilidades relacionadas com o tema da relação com o saber (Charlot, 2001) entre os/as jovens. Ou seja, porque algumas pessoas desenvolvem interesses por determinados tipos de saberes e não por outros? Nesse sentido, esse enfoque exploratório do tema tem suscitado investigar e aprofundar a especificidade do aprendizado que se destacou neste levantamento entre as/os adolescentes aprendizes.

Além desse aspecto do tema, suscitou também questões relacionadas às vivências de prazer/sofrimento no trabalho (Dejours, 1987), a qual busca resgatar o modo como indivíduos e grupos inseridos no contexto de trabalho, vivenciam e são provocados por este contexto. O que se consta nas verbalizações, nas respostas dos/das entrevistados/as são referências, aparentemente, mas acentuadas de vivências de prazer no trabalho, justificadas pelo aprendizado, pelo reconhecimento de si na empresa, pela qualidade da tarefa em si mesma, todas as constatações legítimas, que convergem com os estudos sobre as experiências subjetivas na objetividade das relações de trabalho.

No entanto, também aparecem depoimentos que são vivenciados por adolescentes como sendo de sofrimento, embora esse aspecto específico exigisse investigação qualitativa mais aprofundada, caracterizado pela qualidade das relações no contexto de trabalho, pela realização de tarefas desagradáveis e,

em alguns casos, penosas e reconhecidas como sem uma exigência à altura do potencial do adolescente trabalhador.

No entanto, dado o caráter exploratório desta investigação, todas permanecem questões para serem aprofundadas. Embora se possam considerar alguns significados, que parecem pertinentes ressaltar mais uma vez, relacionados com o trabalho realizado pelos adolescentes aprendizes. Dentre eles, se destaca a significação do trabalho como promotor de aprendizagem, declarado como sendo algo que se destaca no conjunto dos motivos para se estar feliz com o trabalho que realizam.

Além deste, outros dão mais ênfase à dimensão da gratificação com a atividade em si, ou seja, realizar as tarefas que se destacou no interior desta investigação, constitui para os que responderam a presente pesquisa, um fator de gratificação e auto-realização. O significado a ser aprofundado, sem dúvida, já que em um contexto em que as relações de trabalho estão deteriorando-se cada vez mais, implicando em um crescente sacrifício do/a trabalhador/a, despontar uma pesquisa em que uma parcela significativa de adolescentes que estão tendo, supostamente, suas primeiras experiências concretas com o trabalho, como algo gratificante, merece sem dúvida um aprofundamento. Nesse sentido vale destacar uma afirmação do psicólogo Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934) acerca do significado, concebido por ele como a dimensão mais estável da palavra, que estabelece o vínculo estreito da sociedade e dos grupos nas atividades do sujeito. Com isso quero simplesmente destacar que existe um mundo, entre o significado da palavra e a vivência do trabalho, que precisa ser melhor estudado com investigações qualitativa, história de vida, entrevista utilizando-se do método clínico e observação *in loco*.

São na verdade, caminhos a serem trilhados a partir das questões que se abre com a presente investigação. Cheia de lacunas, mas fértil de questionamentos sobre o real que se esconde na penumbra da imediatez que se tem acesso no cotidiano das atividades com adolescentes trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALANEN, Leena. Estudos feministas/ Estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lúcia R. (org.) *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora; Faperj, 2001. p. 69-92

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Trad. Dora Flaksman Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ATHAYDE, Milton. Resenha. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 984-990, mai/jun, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 10 jan. 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE: apresentação*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNAEFiscal/cnaef.htm>> Acesso em: 10 set 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm) Acesso em: 10 nov. 2007.

CARRANO, Paulo C. R. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tanto reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

\_\_\_\_\_. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, Luiz do N. *Infância e espaço urbano: significados e sentidos de morar em posse urbana para crianças com idade entre 7 e 11 anos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia, 2006.

CASSAB, Maria Aparecida T. Jovens pobres e a cidade: a construção da subjetividade na desigualdade. In: CASTRO, Lúcia R. de (org.). *Crianças e jovens a construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora; Faperj, 2001, cap. 10, p. 209-226.

CAVALCANTI, Lana de S. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de S. (org.). *Geografia da cidade*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001, cap. 1, p. 11-32.

CHARLOT, Bernard. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos CHARLOT, Bernard (org.) *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 15-32

\_\_\_\_\_. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. Bruno Magne, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CORROCHANO, M. C.; GOUVÊA, J. L. A dança das cadeiras: os adolescentes e os mundos do trabalho no Brasil contemporâneo. In: TOKMAN, V. *et al. Desemprego juvenil no Cone Sul: uma análise de década*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999 (Biblioteca de filosofia e história das ciências, v. 5)

DEJOURS Christophe. *A Loucura do trabalho*. São Paulo: Oboré, 1987.

\_\_\_\_\_. *Conferências brasileiras*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 4. Ed. Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Maria Teresa C. Juventude, educação e campo simbólico. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.2, jul./dez. 2002. disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n2\\_2002/vol19\\_n2\\_2002\\_17notadepesquisa\\_p295a298.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_17notadepesquisa_p295a298.pdf)> acesso em: 12 dez 2007.

KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia da fábrica*. São Paulo: Cortez, 2001.

LANCMAN, Selma; SZNELMAN, Laerte I. (org.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2004. 346 pp.

LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centaurus, 2001.



LUTTE, Gerard. La adolescência em la historia de la psicologia. In: LUTTE, Gerard. *Liberar la adolescência: la psicología de los jóvenes de hoy*. Barcelona: Herder, 1991. p. 37-66 (Biblioteca de Psicologia 168)

MADEIRA, Felicia. A improvisação na concepção de programas sociais. Muitas convicções, poucas constatações: o caso do primeiro emprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, p. 78-94, 2004.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

OLIVEIRA, Beatriz R. G.; ROBAZZI, Maria Lúcia do C. C. *O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce*. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2001, vol. 9, n. 3, p. 83-89.

POCHMANN, M. (org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

RIZZINI, Irma. Principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência. In: RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura; USU; Ed. Universitária: Amais, 1997, p. 39-78.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.

SOCIEDADE Cidadão 2000 pelos direitos da criança e do adolescente. *Proposta metodológica e política de atendimento à criança e ao adolescente*. Goiânia: Assessoria Técnico-Pedagógica, 2001. (Não-publicado)

\_\_\_\_\_. *Regimento Interno*. Goiânia: Assessoria de Planejamento, 2002 (Não-publicado)

SOUSA, Sônia M. G. *Sociedade Cidadão 2000: pelos direitos da criança e do adolescente*. 1. ed. Goiânia: Desktop, 1996. v. 1000. 163 p

SPOSITO, Marília P. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 p. 73-94, jan./abr., São Paulo, Anped, 2000.

\_\_\_\_\_. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria V.; PAPA, Fernanda de C. (orgs.). *Políticas públicas de juventude: juventude em pauta*. São Paulo, Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

\_\_\_\_\_.; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24 p. 16-39, set./dez., São Paulo, Anped/Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_.; CORTI, A. P. A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes. In: SPOSITO, Marília P. *Juventude e escolarização (1980/1998)*. Brasília, MEC/ INEP/Comped, 2002 (Estado do Conhecimento, 7).

WACQUANT, Löic. *As prisões da miséria*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Celta Editora, 2000.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12 n. 25, out., 1997.

## APÊNDICES





### Apêndice 3

CURSO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL  
MÓDULO: RELAÇÕES HUMANAS  
PROFESSORA: ALCIENE ALVES FERREIRA  
AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007 (SEMANA DE 12 A 15/06/07)

Prezado aprendiz essa avaliação tem por objetivo avaliar não só você, mas o módulo como um todo, para tanto, da seriedade das suas respostas o caminho a ser percorrido no próximo semestre será construído, pense bem nisso... Você também é responsável pelo sucesso desse curso. Faça individualmente, consulte apenas suas anotações em sala de aula, caso você seja aluno novato, faça com base no que você já ouviu dizer sobre o assunto e suas expectativas em relação a esse módulo, ok? Boa prova! Um abraço carinhoso...

**Primeira parte: Como você está? Preencha corretamente os dados (vale 50% da nota)**

Nome: \_\_\_\_\_

Data do aniversário: \_\_\_\_\_ Idade atual: \_\_\_\_\_

Que bairro mora: \_\_\_\_\_ Que ano faz: \_\_\_\_\_ ( ) Ens. Fundamental

( ) Ens. Médio ( ) Ens. Superior

Que escola estuda: \_\_\_\_\_ Telefone da escola \_\_\_\_\_.

Que bairro fica a escola \_\_\_\_\_

Qual empresa trabalha \_\_\_\_\_

Que bairro fica a empresa \_\_\_\_\_

O que faz na empresa (função, cargo, ou o que mais faz lá - rotina).

Está feliz com o que está fazendo? ( ) Sim ( ) Não

Se a resposta for negativa, diga como você gostaria que fosse a sua rotina de trabalho. **Ou** o que você esperava de lá

**Segunda parte: Sobre o conteúdo (vale 40% da nota)**

- 1) Na semana de 06 a 09 de fevereiro foi à primeira aula específica desse módulo, a professora fez uma aula expositiva na qual escreveram no quadro os **objetivos** do módulo, **metodologias** e modos de **avaliação**. Busque na memória, no caderno, em fim registre aqui apenas: 01 dos objetivos, 01 das metodologias e 01 dos modos de avaliação:
- 2) Na primeira, na segunda e na terceira semana de março trabalhou-se o tema **adolescência**. Você vive essa fase da vida humana na atualidade. Identifique com base nas aulas, na sua experiência de vida, os fatores **emocionais, físicos e sociais** que afetam a pessoa nesse período:
- 3) Na segunda e na terceira semana de abril o tema foi **grupo**. Preencha os espaços com coerência, você já estudou e vivencia isso no seu dia a dia.
  - a) Na nossa vida existem diferentes tipos de grupos, você está inserido em no mínimo 04 desses grupos, quais \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_
  - b) A estrutura de um grupo segundo Maria Luiza Monteiro, se dá de três formas: **poder**, \_\_\_\_\_ **ou influência**.

c) Grupo de um modo geral acentuam se as idéias de \_\_\_\_\_, **interdependência e** \_\_\_\_\_ mútua (Deutsch,1968).

d) Fatores de antecedência que afetam a constituição dos grupos: **IC** \_\_\_\_\_, **G** \_\_\_\_\_, **C** \_\_\_\_\_ entre outros.

**04)** Última semana de abril e primeira de maio trabalhou-se o tema **Equipe**. Na dinâmica da boneca você exerceu uma tarefa. Identifique com base nas explicações que aconteceram naquele dia e nas aulas posteriores qual foi o papel que você exerceu naquele momento, busque os registros do caderno para ajudar você nessa reflexão.

Destaque três pontos fortes de uma equipe.

Terceira parte: Como você avalia a professora desse módulo e dê sugestões

no sentido de qualificar cada vez mais as aulas do curso de aprendizagem

profissional (vale 10% da nota). Muito Obrigada!